

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
Total	1.125.427
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.488.025	12.044.415
1.01	Ativo Circulante	3.554.120	3.554.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	694.154	392.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.753	757.705
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.753	757.705
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	3.753	757.705
1.01.03	Contas a Receber	1.487.934	1.405.990
1.01.03.01	Clientes	1.487.934	1.405.990
1.01.04	Estoques	19.583	19.273
1.01.06	Tributos a Recuperar	543.052	83.910
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	543.052	83.910
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	15.274	3.367
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	94.096	80.543
1.01.06.01.03	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	433.682	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.461	21.130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	786.183	874.073
1.01.08.03	Outros	786.183	874.073
1.01.08.03.01	Outros Créditos	263.116	199.266
1.01.08.03.02	Derivativos	106.761	486.476
1.01.08.03.03	Ativo financeiro Setorial	416.306	188.331
1.02	Ativo Não Circulante	11.933.905	8.489.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.877.728	5.412.719
1.02.01.04	Contas a Receber	77.285	108.877
1.02.01.04.01	Clientes	77.285	108.877
1.02.01.07	Tributos Diferidos	94.856	167.303
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	94.856	167.303
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.705.587	5.136.539
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	110.389	123.808
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	108.962	91.657
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	350.605	0
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	5.428.510	4.513.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	4.992	5.949
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	287.923	398.645
1.02.01.10.10	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	2.411.641	0
1.02.04	Intangível	3.056.177	3.077.014
1.02.04.01	Intangíveis	3.056.177	3.077.014
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.369.906	2.458.397
1.02.04.01.03	Ativo contratual	686.271	618.617

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.488.025	12.044.415
2.01	Passivo Circulante	2.450.313	3.747.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.344	30.919
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.344	30.919
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	41.881	30.884
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	1.463	35
2.01.02	Fornecedores	1.204.796	1.052.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.204.796	1.052.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	145.990	171.031
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.516	77.671
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.353	3.045
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	6.875	11.001
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	31.961	50.889
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	12.327	12.736
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	87.474	93.360
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	87.474	93.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	583.838	1.933.667
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	431.925	1.803.769
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	108.995	100.602
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	322.930	1.703.167
2.01.04.02	Debêntures	151.913	129.898
2.01.05	Outras Obrigações	472.345	559.522
2.01.05.02	Outros	472.345	559.522
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	163.307
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	102.385	23.658
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	369.960	372.557
2.02	Passivo Não Circulante	8.815.016	4.756.118
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.001.940	3.739.695
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.242.461	2.471.467
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.742.421	1.076.796
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.500.040	1.394.671
2.02.01.02	Debêntures	1.759.479	1.268.228
2.02.02	Outras Obrigações	3.602.304	784.606
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	306.348	300.019
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	306.348	300.019
2.02.02.02	Outros	3.295.956	484.587
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	184.681	176.409
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	0	8.654
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	3.153	3.148
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	132.938	106.798
2.02.02.02.08	Fornecedor	217.988	189.578
2.02.02.02.09	Derivativos	25.303	0
2.02.02.02.10	PIS/COFINS devolução consumidores	2.731.893	0
2.02.04	Provisões	210.772	231.817
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	194.775	213.455

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.756	18.390
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	72.898	81.489
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	103.121	113.576
2.02.04.02	Outras Provisões	15.997	18.362
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	15.628	17.993
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	4.222.696	3.540.629
2.03.01	Capital Social Realizado	2.831.534	2.820.677
2.03.02	Reservas de Capital	173.962	184.819
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	173.962	184.819
2.03.04	Reservas de Lucros	675.872	675.872
2.03.04.01	Reserva Legal	185.950	185.950
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	489.922	489.922
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	698.296	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-156.968	-140.739

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.074.286	7.734.300	1.965.483	5.722.454
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.391.010	-5.993.410	-1.527.094	-4.516.481
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.880.327	-4.575.439	-1.117.012	-3.300.930
3.02.02	Custo de Operação - Amortização	-81.477	-238.328	-75.105	-221.380
3.02.03	Custo de Operação - Outros	-108.265	-312.497	-97.886	-294.085
3.02.04	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-320.941	-867.146	-237.091	-700.086
3.03	Resultado Bruto	683.276	1.740.890	438.389	1.205.973
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-185.531	-537.378	-153.948	-484.094
3.04.01	Despesas com Vendas	-79.292	-215.782	-55.726	-192.341
3.04.01.01	Amortização	-1.364	-4.144	-1.285	-3.591
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-38.052	-94.029	-11.803	-65.953
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-39.876	-117.609	-42.638	-122.797
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.215	-205.543	-68.864	-195.712
3.04.02.01	Amortização	-8.343	-24.945	-8.466	-25.526
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-62.872	-180.598	-60.398	-170.186
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.024	-116.053	-29.358	-96.041
3.04.05.01	Amortização do intangível da concessão	-13.025	-39.075	-13.025	-39.075
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-21.999	-76.978	-16.333	-56.966
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	497.745	1.203.512	284.441	721.879
3.06	Resultado Financeiro	-86.720	-147.062	-49.779	-3.837
3.06.01	Receitas Financeiras	40.684	190.233	27.639	187.246
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.404	-337.295	-77.418	-191.083
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	411.025	1.056.450	234.662	718.042
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-132.995	-358.154	-10.994	-183.888
3.08.01	Corrente	-53.211	-278.738	0	0
3.08.02	Diferido	-79.784	-79.416	-10.994	-183.888
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	278.030	698.296	223.668	534.154
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	278.030	698.296	223.668	534.154

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	247,04	620,47	198,74	474,62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	278.030	698.296	223.668	534.154
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.787	-16.229	-17.651	23.342
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	-985	-2.701	-1.253	10.911
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros liquidados dos efeitos tributários	-1.802	-13.528	-16.398	12.431
4.03	Resultado Abrangente do Período	275.243	682.067	206.017	557.496

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	302.749	1.195.186
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.467.271	1.173.619
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	1.056.450	718.042
6.01.01.02	Amortização	306.492	289.572
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	94.029	65.953
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, civeis, trabalhista e regulatórios	40.831	34.206
6.01.01.07	Encargos de dividas e atualização monetárias e cambiais	-115.756	-694
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	9.672	10.935
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	75.553	55.605
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-751.398	184.518
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-144.144	11.248
6.01.02.02	Tributos a compensar	74.907	-20.539
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	15.104	1.863
6.01.02.05	Ativo Fianceiro Setorial	-557.614	313.056
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	-1.270	-19.365
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-121.843	-88.014
6.01.02.09	Fornecedores	180.677	-60.314
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-2.674	-9.147
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-245.965	91.005
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-22.211	71.089
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	78.727	-49.120
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-88.615	-61.640
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	-8.990	-39.957
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	92.513	44.353
6.01.03	Outros	-413.124	-162.951
6.01.03.01	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-128.227	-135.020
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-284.897	-27.931
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-148.794	-1.430.118
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	760.449	-757.945
6.02.03	Adições do intangível	0	-405
6.02.04	Adições de ativo contratual	-909.243	-671.768
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	147.598	1.225.044
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-1.893.249	-259.043
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	1.660.970	1.448.326
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	543.184	35.761
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-163.307	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	301.553	990.112
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	392.601	74.323
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	694.154	1.064.435

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.820.677	184.820	675.872	0	-140.739	3.540.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.820.677	184.820	675.872	0	-140.739	3.540.630
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	698.296	-16.229	682.067
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	698.296	0	698.296
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.229	-16.229
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-13.528	-13.528
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-2.701	-2.701
5.07	Saldos Finais	2.831.534	173.963	675.872	698.296	-156.968	4.222.697

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	-424.296	0	0	-424.296
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo intermediário	0	0	-424.296	0	0	-424.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.154	23.342	557.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	534.154	0	534.154
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.342	23.342
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	12.431	12.431
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	10.911	10.911
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	660.294	534.154	-116.124	4.083.820

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	11.757.402	9.210.094
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.984.829	8.576.482
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	866.603	699.565
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-94.030	-65.953
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.352.719	-4.732.028
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.064.133	-3.655.223
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.071.969	-897.388
7.02.04	Outros	-216.617	-179.417
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.404.683	4.478.066
7.04	Retenções	-307.819	-290.849
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-268.744	-251.774
7.04.02	Outras	-39.075	-39.075
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-39.075	-39.075
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.096.864	4.187.217
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	200.143	194.123
7.06.02	Receitas Financeiras	200.143	194.123
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.297.007	4.381.340
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.297.007	4.381.340
7.08.01	Pessoal	251.744	241.091
7.08.01.01	Remuneração Direta	145.517	137.307
7.08.01.02	Benefícios	96.648	94.567
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.579	9.217
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.974.987	3.381.950
7.08.02.01	Federais	1.670.869	1.361.421
7.08.02.02	Estaduais	2.303.155	2.019.497
7.08.02.03	Municipais	963	1.032
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	371.980	224.145
7.08.03.01	Juros	345.482	199.370
7.08.03.02	Aluguéis	26.498	24.775
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	698.296	534.154
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	698.296	534.154

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2021	2020	%	2021	2020	%
Receita operacional bruta	4.535.711	3.151.780	43,9%	11.851.432	9.276.047	27,8%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.693.093	2.262.248	19,0%	7.712.700	6.951.903	10,9%
Suprimento de energia elétrica (*)	281.000	139.656	101,2%	557.396	428.429	30,1%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	320.768	236.930	35,4%	866.603	699.565	23,9%
Outras receitas operacionais (*)	662.639	490.423	35,1%	1.911.155	1.412.487	35,3%
Ativo e passivo financeiro setorial	578.211	22.522	2467,3%	803.579	(216.336)	-471,4%
Deduções da receita operacional	(1.461.425)	(1.186.297)	23,2%	(4.117.131)	(3.553.593)	15,9%
Receita operacional líquida	3.074.286	1.965.483	56,4%	7.734.300	5.722.454	35,2%
Custo com energia elétrica	(1.880.327)	(1.117.012)	68,3%	(4.575.439)	(3.300.930)	38,6%
Energia comprada para revenda	(1.562.191)	(849.303)	83,9%	(3.570.833)	(2.696.570)	32,4%
Encargo de uso do sist transm distrib	(318.136)	(267.709)	18,8%	(1.004.607)	(604.360)	66,2%
Custos e despesas operacionais	(696.213)	(564.030)	23,4%	(1.955.350)	(1.699.645)	15,0%
Pessoal	(84.326)	(80.005)	5,4%	(247.882)	(238.575)	3,9%
Entidade de previdência privada	(3.224)	(3.648)	-11,6%	(9.672)	(10.935)	-11,6%
Material	(22.539)	(16.435)	37,1%	(61.197)	(50.287)	21,7%
Serviço de terceiros	(68.690)	(62.815)	9,4%	(195.409)	(190.950)	2,3%
Amortização	(104.209)	(97.881)	6,5%	(306.491)	(289.571)	6,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(320.768)	(236.930)	35,4%	(866.603)	(699.565)	23,9%
Outros	(92.458)	(66.315)	39,4%	(268.096)	(219.763)	22,0%
Resultado do serviço	497.745	284.441	75,0%	1.203.512	721.879	66,7%
Resultado financeiro	(86.720)	(49.779)	74,2%	(147.061)	(3.837)	3732,5%
Receitas financeiras	40.684	27.639	47,2%	190.233	187.246	1,6%
Despesas financeiras	(127.404)	(77.418)	64,6%	(337.295)	(191.083)	76,5%
Resultado antes dos tributos	411.025	234.662	75,2%	1.056.450	718.042	47,1%
Contribuição social	(34.973)	(2.890)	1110,1%	(95.602)	(48.632)	96,6%
Imposto de renda	(98.023)	(8.104)	1109,6%	(262.552)	(135.256)	94,1%
Resultado Líquido do Período	278.030	223.668	24,3%	698.296	534.154	30,7%
EBITDA	601.954	382.322	57,4%	1.510.002	1.011.450	49,3%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 4.535.711 apresentando aumento de 43,9% (R\$ 1.383.931) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 4.214.943, apresentando aumento de 44,6% (R\$ 1.300.093) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

Fornecimento de energia elétrica: aumento de 19,0% (R\$ 430.845), explicado pelo: (i) aumento de 27,1% no preço médio no período (R\$ 613.751), devido ao reajuste médio das tarifas da companhia em Junho de 2021 de 9,95% (percepção dos consumidores) e principalmente por receitas de bandeiras tarifárias (vermelha patamar 2/escassez hídrica no 3º trimestre de 2021 comparada com verde no 3º trimestre de 2020); compensado: (ii) redução 6,4% (R\$ 182.906) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

Suprimento de energia elétrica: aumento de 101,2% (R\$ 141.344) explicada principalmente por: (i) pelo aumento de energia elétrica comercializada no curto prazo (operações realizadas na CCEE) em (R\$ 166.073), em função do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças ("PLD"); compensado pela: (ii) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 24.729).

Outras receitas operacionais: aumento de 35,1% (R\$ 172.216), basicamente pelos aumentos em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 84.313), decorrente da variação do indexador (IPCA); (ii) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 66.239); (iii) subvenções (R\$ 20.555); (iv) arrendamentos e aluguéis (R\$ 2.180); (v) serviços taxados (R\$

Comentário do Desempenho

1.137); compensado: (vi) outras receitas e rendas (R\$ 713); associado ao aumento (vii) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 1.430);

- i. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de (R\$ 555.689) basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaque em: (i) diferimento em custo de energia, ESS/EER, repasse de Itaipu, rede básica e outros componentes financeiros (R\$ 554.538) e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 1.151).

Quantidade de Energia Vendida

No 3º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 6,2% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Este resultado negativo se deve principalmente a reduções em contratos de compra e venda de energia referentes ao suprimento de permissionárias.

O consumo da classe residencial representa 46,5% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de 0,8% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete principalmente o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências.

A classe comercial, que representa 14,5% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 4,7% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o período de restrição no 3º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

A classe industrial, que representa 11,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 5,7% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 27,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 18,5% no 3º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados negativos nas classes rural (queda de 9,1%), serviço público (queda de 29,6% causada fundamentalmente pela movimentação de clientes para o mercado livre) e permissionárias (queda de 33,9% causada principalmente por reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 0,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de queda de 0,8% no residencial, crescimento de 9,5% no comercial, 10,0% no industrial e queda de 14,5% nas demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.461.425, apresentando um aumento de 23,2% (R\$ 275.128) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 201.220), em função do aumento da base de cálculo; (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 55.055); (iii) programas de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 9.421); (iv) CDE (R\$ 4.556), principalmente pelo aumento da cota CDE em 2021; (v) PROINFA (R\$ 3.953) e (vi) outros (R\$ 968).

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 1.880.327, aumento de 68,3% (R\$ 763.315) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este aumento deve-se basicamente a:

Energia comprada para revenda: aumento de 83,9% (R\$ 712.888) em função: (i) pelo aumento no preço médio de compra em 94,1% (R\$ 878.207), justificado principalmente pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo decorrente do aumento

Comentário do Desempenho

do PLD no 3º trimestre de 2021; (ii) ressarcimento geradoras (R\$ 31.276); compensado: (iii) pela redução de 7,1% (R\$ 128.727) no volume de energia comprada; associada aos aumentos em (iv) créditos de PIS e COFINS (R\$ 67.868).

Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição: aumento de 18,8% (R\$ 50.427), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 81.632), decorrente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de preço, principalmente pelas titulações Segurança Energética e Unit Commitment, associadas à importação de energia elétrica proveniente da Argentina e Uruguai – tais movimentos têm a finalidade de garantir o suprimento eletroenergético do Brasil, em contraponto à escassez hídrica; (ii) encargos de conexão (R\$ 18.502); (iii) encargos de uso do sistema de distribuição (R\$ 683); compensado por: (iv) encargo de energia de reserva (R\$ 24.340); (v) encargos de transporte Itaipu (R\$ 11.738); (vi) encargos de rede básica (R\$ 9.173), em função da redução do reajuste tarifário das transmissoras e (vii) créditos de PIS/COFINS (R\$ 5.139).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 696.213 no 3º trimestre de 2021, apresentando um aumento 23,4% (R\$ 132.183) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 375.445, apresentado um aumento de 14,8% (R\$ 48.344), justificado basicamente pelos seguintes itens:

• Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 3º trimestre de 2021 foram de R\$ 271.237, um aumento de 18,3% (R\$ 42.019) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 5,4% (R\$ 4.321), principalmente: (i) efeitos do acordo coletivo (R\$ 3.081); (ii) provisões (R\$ 1.026); (iii) benefícios (R\$ 664); (iv) treinamento (R\$ 499); (v) desligamentos (R\$ 408); (vi) PLR (R\$ 348); compensado: (vii) ordens em curso (R\$ 1.780);
- **Entidade de previdência privada:** redução de 11,6% (R\$ 424), basicamente pelos registros dos impactos do laudo atuarial;
- **Material:** aumento de 37,1% (R\$ 6.104), basicamente pelo aumento em: (i) reposição-manutenção de linhas e redes (R\$ 3.334); (ii) manutenção da frota (R\$ 1.651); (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 816); (iv) ferramentas e equipamentos (R\$ 252) e (v) manutenção e conservação de edificações (R\$ 135);
- **Serviço de terceiros:** aumento de 9,4% (R\$ 5.875), basicamente pelo aumento em: (i) outros serviços terceirizados (R\$ 2.127), sendo: (i.a) meio ambiente (R\$ 1.355, (i.b) outsourcing de informática (R\$ 914); (ii) auditoria e consultoria (R\$ 1.523); (iii) recuperação de inadimplência e cobrança (R\$ 1.027); (iv) poda de árvores (R\$ 953); (vi) reaviso, corte e religação (R\$ 528);
- **Outros:** aumento de 39,4% (R\$ 26.143), basicamente pelos incrementos em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 26.249); (ii) baixa de principal e atualização ativo financeiro concessão (R\$ 3.232); (iii) perda com baixa na desativação de ativos (R\$ 2.388); (iv) outros (R\$ 1.400); compensado: (v) recuperação despesas (R\$ 3.345); (vi) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 3.133) e (vii) arrendamento e aluguéis (R\$ 788).

• Amortização

A amortização do 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 104.209, aumento de 6,5% (R\$ 6.328) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 3º trimestre de 2021 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 86.720, aumento de 74,2% (R\$ 36.941) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 47,2% (R\$ 13.045), principalmente pelo aumento em: (i) atualização de créditos fiscais (R\$ 18.711), principalmente pela atualização da exclusão do ICMS s/base cálculo Pis e Cofins; (ii) atualização do ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 9.132); compensado por: (iii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 14.452).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 64,6% (R\$ 49.986), principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 39.910); (ii) outras despesas (11.455), sendo: (ii.a) atualização devolução ao consumidor créditos Pis e Cofins s/exclusão ICMS (R\$ 16.365), compensado: (ii.b) variações monetárias ref. Despacho 288 (R\$ 4.024) e (ii.c) liquidação CCEE (R\$ 728);(iii) contingências (R\$ 3.976); (iv) contratos de mútuos (R\$ 3.965); (v) negociação/parcelamento de débitos (R\$ 2.749); compensado por: (vi) outras atualizações (R\$ 10.440), ref. despacho 288, e (vii) atualização P&D e PEE (R\$ 1.020).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 132.996, apresentando um aumento de (R\$ 122.002) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 278.030, um aumento de 24,3% (R\$ 54.362), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 601.954, apresentando um aumento de 57,4% (R\$ 219.632) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	694.154	392.601
Títulos e valores mobiliários	6	3.753	757.705
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.487.934	1.405.990
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	15.274	3.367
Outros tributos a compensar	8	94.096	80.543
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	433.682	-
Derivativos	31	106.761	486.476
Ativo financeiro setorial	9	416.306	188.331
Estoques		19.583	19.273
Outros ativos	12	282.576	220.396
Total do circulante		3.554.120	3.554.682
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	77.285	108.877
Depósitos judiciais	21	110.389	123.808
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	8	108.962	91.657
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	2.411.641	-
Ativo financeiro setorial	9	350.605	-
Derivativos	31	287.923	398.645
Créditos fiscais diferidos	10	94.856	167.303
Ativo financeiro da concessão	11	5.428.510	4.513.915
Outros ativos	12	4.991	5.947
Ativo contratual	13	686.271	618.617
Intangível	14	2.369.906	2.458.397
Total do não circulante		11.933.905	8.489.733
Total do ativo		15.488.025	12.044.415

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	15	1.204.796	1.052.529
Empréstimos e financiamentos	16	431.925	1.803.770
Debêntures	17	151.913	129.898
Entidade de previdência privada	18	1.463	35
Taxas regulamentares	19	102.385	23.658
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	7.353	3.045
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	138.637	167.986
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	-	163.307
Obrigações estimadas com pessoal		41.881	30.884
Outras contas a pagar	22	369.960	372.556
Total do circulante		2.450.312	3.747.668
Não circulante			
Fornecedores	15	217.988	189.578
Empréstimos e financiamentos	16	3.242.461	2.471.467
Debêntures	17	1.759.479	1.268.228
Entidade de previdência privada	18	184.681	176.409
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	3.153	3.148
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	210.772	231.817
Mútuos com controladora	29	306.348	300.019
Derivativos	31	25.303	-
Passivo financeiro setorial	9	-	8.654
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.731.893	-
Outras contas a pagar	22	132.938	106.797
Total do não circulante		8.815.016	4.756.118
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		2.831.534	2.820.677
Reserva de capital		173.962	184.819
Reserva legal		185.950	185.950
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		489.922	489.922
Resultado abrangente acumulado		(156.968)	(140.739)
Lucros acumulados		698.296	-
Total do patrimônio líquido		4.222.697	3.540.630
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.488.025	12.044.415

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	25	3.074.286	7.734.300	1.965.483	5.722.454
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(1.880.327)	(4.575.439)	(1.117.012)	(3.300.930)
Custo com operação		(189.742)	(550.825)	(172.991)	(515.465)
Amortização		(81.477)	(238.328)	(75.105)	(221.380)
Outros custos com operação	27	(108.265)	(312.497)	(97.886)	(294.085)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(320.941)	(867.146)	(237.091)	(700.086)
Lucro operacional bruto		683.276	1.740.890	438.389	1.205.973
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(79.291)	(215.783)	(55.726)	(192.341)
Amortização		(1.364)	(4.144)	(1.285)	(3.591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(38.052)	(94.029)	(11.803)	(65.953)
Outras despesas com vendas	27	(39.874)	(117.610)	(42.638)	(122.797)
Despesas gerais e administrativas		(71.215)	(205.543)	(68.864)	(195.712)
Amortização		(8.343)	(24.945)	(8.466)	(25.526)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(62.872)	(180.598)	(60.398)	(170.186)
Outras despesas operacionais		(35.024)	(116.053)	(29.358)	(96.041)
Amortização do intangível da concessão		(13.025)	(39.075)	(13.025)	(39.075)
Outras despesas operacionais	27	(21.999)	(76.978)	(16.333)	(56.966)
Resultado do serviço		497.745	1.203.512	284.441	721.879
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		40.684	190.233	27.639	187.246
Despesas financeiras		(127.404)	(337.295)	(77.418)	(191.083)
		(86.720)	(147.061)	(49.779)	(3.837)
Lucro antes dos tributos		411.025	1.056.450	234.662	718.042
Contribuição social	10	(34.973)	(95.602)	(2.890)	(48.632)
Imposto de renda	10	(98.023)	(262.552)	(8.104)	(135.256)
		(132.995)	(358.154)	(10.994)	(183.888)
Lucro líquido do período		278.030	698.296	223.668	534.154
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	247,04	620,47	198,74	474,62

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de Setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>3º Trimestre</u>	<u>9 meses</u>	<u>3º Trimestre</u>	<u>9 meses</u>
Lucro líquido do período	278.030	698.296	223.668	534.154
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(985)	(2.701)	(1.253)	10.911
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(1.802)	(13.528)	(16.398)	12.432
Resultado abrangente do período	<u>275.243</u>	<u>682.067</u>	<u>206.017</u>	<u>557.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de Setembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.820.677	184.819	185.950	489.922	(140.739)	-	3.540.630
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	698.296	698.296
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(2.701)	-	(2.701)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(13.528)	-	(13.528)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de Capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.831.534	173.962	185.950	489.922	(156.968)	698.296	4.222.697

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído				Dividendo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	11.479	424.296	(139.466)	-	3.950.620
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	534.154	534.154
Outros resultados abrangentes:										
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	10.911	-	10.911
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	12.432	-	12.432
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital social	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intermediário - AGE de 06/04/2020 (nota 22.2)	-	-	-	-	-	-	(424.296)	-	-	(424.296)
Saldo em 30 de setembro de 2020	2.820.677	184.819	151.569	46.890	450.356	11.479	-	(116.124)	534.154	4.083.820

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro antes dos tributos	1.056.450	718.042
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	306.492	289.572
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	40.831	34.206
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	94.029	65.953
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(115.766)	(694)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	9.672	10.935
Perda (ganho) na baixa de não circulante	75.553	55.606
	1.467.261	1.173.619
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(144.144)	11.248
Tributos a compensar	74.907	(20.539)
Depósitos judiciais	15.104	1.863
Ativo financeiro setorial	(557.614)	313.056
Contas a receber - CDE	(1.270)	(19.365)
Outros ativos operacionais	(121.843)	(88.014)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	180.677	(60.314)
Outros tributos e contribuições sociais	(22.211)	71.089
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(2.674)	(9.147)
Taxas regulamentares	78.727	(49.120)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(88.615)	(61.640)
Passivo financeiro setorial	(245.965)	91.005
Contas a pagar - CDE	(8.990)	(39.957)
Outros passivos operacionais	92.513	44.353
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	715.863	1.358.137
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(128.227)	(135.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(284.897)	(27.931)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	302.739	1.195.186
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(3.193)	(758.408)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	763.654	463
Adições de ativo contratual	(909.243)	(671.768)
Adições de Intangível	-	(405)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(148.782)	(1.430.118)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	1.660.970	1.448.326
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.893.249)	(259.043)
Liquidação de operações com derivativos	543.184	35.761
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(163.307)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	147.598	1.225.044
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	301.553	990.112
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	392.601	74.323
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	694.154	1.064.435

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	9 meses de 2021	9 meses de 2020
1 - Receita	11.757.402	9.210.094
1.1 Receita de venda de energia e serviços	10.984.829	8.576.482
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	866.603	699.565
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.029)	(65.953)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.352.719)	(4.732.028)
2.1 Custo com energia elétrica	(5.064.133)	(3.655.223)
2.2 Material	(501.779)	(394.278)
2.3 Serviços de terceiros	(570.190)	(503.110)
2.4 Outros	(216.617)	(179.417)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	5.404.683	4.478.066
4 - Retenções	(307.820)	(290.849)
4.1 Amortização	(268.744)	(251.773)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(39.075)	(39.075)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	5.096.864	4.187.217
6 - Valor adicionado recebido em transferência	200.144	194.123
6.1 Receitas financeiras	200.144	194.123
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.297.007	4.381.340
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	251.744	241.091
8.1.1 Remuneração direta	145.517	137.307
8.1.2 Benefícios	96.648	94.568
8.1.3 F.G.T.S	9.579	9.217
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.974.987	3.381.950
8.2.1 Federais	1.670.869	1.361.421
8.2.2 Estaduais	2.303.155	2.019.497
8.2.3 Municipais	962	1.032
8.3 Remuneração de capital de terceiros	371.980	224.145
8.3.1 Juros	345.482	199.370
8.3.2 Aluguéis	26.498	24.775
8.4 Remuneração de capital próprio	698.296	534.154
8.4.1 Lucros retidos	698.296	534.154
	5.297.007	4.381.340

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,0 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;

Notas Explicativas

- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas, no período dos nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Notas Explicativas

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de novembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 8.1 – Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Notas Explicativas

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais

Notas Explicativas

índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	48.259	73.273
Aplicações financeiras	<u>645.895</u>	<u>319.328</u>
Títulos de crédito privado (a)	638.895	82.086
Operações compromissadas (b)	<u>7.000</u>	<u>237.242</u>
Total	<u>694.154</u>	<u>392.601</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 638.895 (R\$ 82.086 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,32% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (98,61% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 87,59% do CDI (79,46% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação direta	<u>3.753</u>	<u>757.705</u>
Total	<u>3.753</u>	<u>757.705</u>

Representa valores aplicados em debêntures no montante de R\$ 3.180, cuja remuneração é equivalente na média de 109,75% do CDI e R\$ 573 referente a título de capitalização do Banrisul cuja remuneração é equivalente na média de 70% da Selic. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 757.705 era representado por Títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”) 100% da SELIC.

Notas Explicativas**(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	391.487	199.759	22.791	614.036	537.550
Industrial	27.314	13.998	18.144	59.456	51.909
Comercial	90.557	27.704	20.062	138.323	125.739
Rural	59.830	14.262	9.746	83.839	79.825
Poder público	23.064	1.852	8.616	33.531	26.495
Iluminação pública	31.664	560	1.004	33.228	22.023
Serviço público	19.465	234	4	19.703	15.149
Faturado	643.382	258.368	80.367	982.117	858.690
Não faturado	343.305	-	-	343.305	495.286
Parcelamento de débito de consumidores	66.425	18.446	17.057	101.928	101.986
Operações realizadas na CCEE	155.604	-	-	155.604	-
Concessionárias e permissionárias	21.694	-	-	21.694	29.800
Outros	767	-	-	767	2.125
	1.231.177	276.814	97.424	1.605.415	1.487.887
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(117.480)	(81.897)
Total				1.487.934	1.405.990
Não circulante					
Precatórios	33.920	-	-	33.920	55.338
Parcelamento de débito de consumidores	43.365	-	-	43.365	53.539
Total	77.285	-	-	77.285	108.877

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(81.897)	(16.908)	(98.805)
Provisão revertida (constituída) líquida	(139.112)	(238)	(139.350)
Recuperação de receita	45.321	-	45.321
Baixa de contas a receber provisionadas	58.208	-	58.208
Saldo em 30/09/2021	(117.480)	(17.146)	(134.626)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(8) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.274	3.367
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.274	3.367
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	18.753	14.546
ICMS a compensar	73.887	64.368
Programa de integração social - PIS	249	280
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.151	1.293
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	94.096	80.543
Total circulante	109.369	83.911
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	126	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	2.565
ICMS a compensar	103.695	86.436
Programa de integração social - PIS	820	812
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.776	3.738
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	108.962	91.657
Total não circulante	111.528	94.222

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<u>Ativo</u>	<u>30/09/2021</u>
<u>Circulante</u>	
PIS sobre ICMS	76.586
COFINS sobre ICMS	357.096
Total circulante	433.682
<u>Não circulante</u>	
PIS sobre ICMS	364.414
COFINS sobre ICMS	2.047.227
Total não circulante	2.411.641
<u>Passivo</u>	
<u>Não circulante</u>	
PIS/COFINS devolução consumidores	2.731.893

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Como resultado no 2º trimestre de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 2.197.769. Em junho de 2021 no reajuste tarifário foi considerada a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 228.800 (nota 9).

Do montante destacado anteriormente já foram compensados ao longo de 2021 R\$ 116.050.

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273, relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda não tenha transitado em julgado.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS	Saldo em 30/09/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	288.048	25.605	313.654	724.053	(92.902)	14.544	-	742.838	216.511	959.349
CVA (*)										
CDE (**)	(7.822)	35.024	27.202	18.279	(44.613)	812	-	(21.919)	23.599	1.680
Custos energia elétrica	(51.031)	(155.087)	(206.119)	197.403	195.795	677	-	316.276	(128.519)	187.757
ESS e EER (***)	67.438	(103.034)	(35.596)	99.645	71.222	1.731	-	74.979	62.023	137.002
Proinfa	(3.154)	(6.877)	(10.031)	17.044	2.807	289	-	-	10.109	10.109
Rede básica	84.155	36.397	120.551	52.079	(58.248)	2.107	-	58.927	57.562	116.490
Repasso de Itaipu	221.545	195.847	417.392	423.895	(233.354)	8.863	-	436.524	180.272	616.796
Transporte de Itaipu	15.527	7.040	22.567	(5.149)	(9.642)	318	-	(1.778)	9.872	8.095
Neutralidade dos encargos setoriais	(18.772)	2.886	(15.885)	16.170	1.659	(502)	-	14.074	(12.632)	1.442
Sobrecontratação	(19.838)	13.410	(6.428)	(95.313)	(18.528)	248	-	(134.246)	14.225	(120.021)
Outros componentes financeiros	(135.783)	1.806	(133.977)	113.669	58.758	(2.089)	(228.800)	(28.226)	(164.212)	(192.439)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	62.050	-	(228.800)	-	(166.751)	(166.751)
Outros	(135.783)	1.806	(133.977)	113.669	(3.291)	(2.089)	-	(28.226)	2.539	(25.688)
Total	152.266	27.411	179.677	837.722	(34.143)	12.455	(228.800)	714.612	52.299	766.911
Ativo circulante			188.331							416.306
Ativo não circulante			-							350.605
Passivo não circulante			(8.654)							-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Em 15 de junho de 2021, no RTA da Companhia foi considerado o reconhecimento do passivo regulatório, decorrente da antecipação de créditos de PIS/COFINS, relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo

Notas Explicativas

do PIS/COFINS, no valor de R\$ 228.800, que será atualizado pela SELIC. Este valor estava registrado em outras contas a pagar e foi transferido para o grupo dos ativos e passivos financeiros setoriais.

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	59.464	92.836
Benefício fiscal do intangível incorporado	40.042	41.629
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(79.778)</u>	<u>(95.979)</u>
Subtotal	19.728	38.486
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	167.150	259.286
Benefício fiscal do intangível incorporado	129.582	136.137
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(221.605)</u>	<u>(266.607)</u>
Subtotal	75.128	128.817
Total	<u>94.856</u>	<u>167.303</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

Notas Explicativas

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/09/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.293	53.593	21.195	58.874
Entidade de previdência privada	354	984	(791)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.583	34.953	9.364	26.011
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	2.738	7.605	4.897	13.604
Provisão relacionada a pessoal	881	2.446	1.465	4.071
Marcação a Mercado- Derivativos	1.757	4.880	(6.318)	(17.550)
Marcação a Mercado- Dívidas	(6.367)	(17.687)	3.074	8.538
Derivativos	(35.799)	(99.443)	(74.327)	(206.465)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.913	5.314	2.144	5.954
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(100.255)	(278.486)	(70.726)	(196.460)
Perdas atuariais	-	-	644	1.790
Outros	8.382	23.284	503	1.396
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	15.310	42.527	15.310	42.527
Marcação a Mercado- Derivativos	235	653	421	1.169
Marcação a Mercado- Dívidas	(1.115)	(3.098)	(3.146)	(8.739)
Total	(79.778)	(221.605)	(95.979)	(266.607)

10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	411.025	1.056.450	234.662	718.042
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.527)	(4.079)	-	(1.173)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.743	39.553	9.438	32.465
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(30.656)	(29.675)	(264)	2.752
Base de cálculo	388.585	1.062.248	243.836	752.086
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(34.973)	(95.602)	(21.945)	(67.688)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	-	-	19.055	19.055
Total	(34.973)	(95.602)	(2.890)	(48.632)
Corrente	(13.994)	(75.000)	-	-
Diferido	(20.979)	(20.602)	(2.890)	(48.632)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas

	IRPJ			
	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	411.025	1.056.450	234.662	718.042
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	11	33	11	33
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.527)	(4.079)	-	(1.173)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.743	39.553	9.438	32.465
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(27.162)	(41.750)	34	3.384
Base de cálculo	392.090	1.050.206	244.145	752.751
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(98.023)	(262.552)	(61.036)	(188.188)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	-	-	52.932	52.932
Total	(98.023)	(262.552)	(8.104)	(135.256)
Corrente	(39.217)	(203.738)	-	-
Diferido	(58.806)	(58.814)	(8.104)	(135.256)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(*) Programa de incentivo e inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	4.513.915
Transferência - ativo contratual	609.900
Transferência - intangível em serviço	(1.497)
Ajuste ao valor justo	336.271
Baixas	(30.079)
Saldo em 30/09/2021	5.428.510

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No período de nove meses de 2021, o valor das baixas de R\$ 30.079 (R\$ 11.294 no período de nove meses 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 8.170 (R\$ 3.949 no período de nove meses de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 21.909 (R\$ 7.345 no período de nove meses de 2020).

Notas Explicativas**(12) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos - fornecedores	12.658	505	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	72	54	-	70
Ordens em curso	137.334	97.651	-	-
Serviços prestados a terceiros	9.710	7.494	-	-
Despesas antecipadas	19.461	21.130	4.991	5.877
Contas a receber - CDE (*)	62.572	61.302	-	-
Adiantamentos a funcionários	10.891	6.165	-	-
Arrendamentos e alugueis	14.633	12.078	-	-
Outros	32.391	30.925	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(17.146)	(16.908)	-	-
Total	282.576	220.396	4.991	5.947

(*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 10.409 (R\$ 9.260 em 31 de dezembro de 2020); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 52.156 (R\$ 52.042 em 31 de dezembro de 2020) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 7 (nota 25.3).

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	618.617
Adições	920.019
Transferência - Intangível em serviço	(242.465)
Transferência - Ativo financeiro	(609.900)
Saldo em 30/09/2021	686.271

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, adquirido em combinações de negócio, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	357.982	2.095.935	4.481	2.458.397
Custo histórico	1.923.048	5.320.419	40.552	7.284.020
Amortização acumulada	(1.565.066)	(3.224.484)	(36.071)	(4.825.623)
Amortização	(39.075)	(267.830)	(914)	(307.819)
Transferência - ativo contratual	-	241.998	467	242.465
Transferência - ativo financeiro	-	1.497	-	1.497
Baixa e transferência - outros ativos	-	(24.634)	-	(24.634)
Saldo em 30/09/2021	318.907	2.046.965	4.034	2.369.906
Custo histórico	1.923.048	5.288.819	41.019	7.252.886
Amortização acumulada	(1.604.141)	(3.241.854)	(36.985)	(4.882.980)

Os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	30/09/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	69.416	90.038
Suprimento de energia elétrica	883.695	701.106
Encargos de uso da rede elétrica	98.440	102.251
Materiais e serviços	153.245	159.134
Total	1.204.796	1.052.529
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	155.142	132.030
Encargos de uso da rede elétrica	59.363	50.520
Materiais e serviços	3.483	7.029
Total	217.988	189.578

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2021
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
TJLP	1.451	-	(767)	36	-	(38)	683
IPCA	1.196.305	661.480	(77.245)	128.107	-	(39.940)	1.868.706
Total ao custo	1.197.755	661.480	(78.012)	128.143	-	(39.978)	1.869.389
Gastos com captação (*)	(20.357)	-	-	2.384	-	-	(17.974)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	2.474.018	340.000	(1.246.053)	38.115	84.102	(49.541)	1.640.642
Euro	644.243	-	(444.184)	2.761	(13.455)	(3.005)	186.359
Marcação a mercado	(20.422)	-	-	16.391	-	-	(4.031)
Total ao valor justo	3.097.839	340.000	(1.690.237)	57.267	70.647	(52.545)	1.822.970
Total	4.275.237	1.001.480	(1.768.249)	187.794	70.647	(92.523)	3.674.386
Circulante	1.803.770						431.925
Não circulante	2.471.467						3.242.461

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
TJLP		683	1.451	2017 a 2022	Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 6%	683	1.451		
IPCA		1.868.706	1.196.305	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.868.706	1.196.305		
Total moeda nacional		1.869.389	1.197.755		
Gastos com captação (*)		(17.974)	(20.357)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95% (a)	222.654	282.980	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%	1.417.988	2.191.038	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.640.642	2.474.018		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79 a 0,80%	186.359	644.243	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		186.359	644.243		
Marcação a mercado					
		(4.031)	(20.422)		
Total moeda estrangeira		1.822.970	3.097.839		
Total		3.674.386	4.275.237		

(*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação

Notas Explicativas

a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de setembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.031 (ganhos de R\$ 20.422 em 31 de dezembro de 2020), acrescidos aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 11.649 (ganhos de R\$ 20.500 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 15.680 (ganhos de R\$ 40.922 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2022	22.677
2023	479.653
2024	516.626
2025	828.042
2026	355.945
2027	1.046.564
Subtotal	3.249.506
Marcação a mercado	(7.045)
Total	3.242.461

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Pagamento de juros					
Moeda estrangeira								
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	340.000	340.000	Semestral	Duas parcelas em 06/2025 e 06/2026	Capital de Giro	USD + 1,8258%	USD + 1,8258%	CDI+1,26%
Moeda nacional								
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	157.183	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	504.297	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
	<u>1.825.620</u>	<u>1.001.480</u>						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2021, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

Notas Explicativas

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia (para as captações do empréstimo do BNDES)

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00;

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	993.236	-	(125.000)	23.502	(13.594)	878.144
IPCA	152.292	-	-	16.825	(8.073)	161.044
Total ao custo	1.145.528	-	(125.000)	40.326	(21.667)	1.039.188
Gastos com captação (*)	(5.464)	(20.510)	-	2.053	-	(23.921)
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	244.804	680.000	-	64.465	(14.038)	975.231
Marcação a mercado	13.258	-	-	(92.364)	-	(79.106)
Total ao valor justo	258.062	680.000	-	(27.899)	(14.038)	896.125
Total	1.398.125	659.490	(125.000)	14.481	(35.704)	1.911.392
Circulante	129.898					151.913
Não circulante	1.268.228					1.759.479

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	De 107% a 109,75% do CDI	(a)	878.144	993.236	2021 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,3473%	(b)	161.044	152.292	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			1.039.188	1.145.528		
	Gastos com captação (*)		(23.921)	(5.464)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	258.599	244.804	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c)	716.632	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(79.106)	13.258		
Total mensuradas ao valor justo			896.125	258.062		
Total			1.911.392	1.398.125		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 109,75% do CDI

(b) IPCA + 5,49 a 6,31%

(c) CDI + 1,48%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 30 de setembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 79.106 (perdas R\$ 13.258 em 31 de dezembro de 2020), deduzido das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 40.143 (ganhos de R\$ 38.659 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 38.963 (R\$ 25.401 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	442.776
2024	575.393
2025	125.772
2027	694.643
Subtotal	1.838.584
Marcação a mercado	(79.106)
Total	1.759.479

Notas Explicativas

Adições no período

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - IPCA								
11ª Emissão	680.000	680.000	659.490	Semestral	(a)	IPCA + 4,3%	CDI + 8,20%	CDI + 0,43%

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Para as debêntures emitidas em 2021, algumas cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada ("Fundação CEEE"), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

“Plano 1” (Plano Único da incorporada): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

“Plano 2” (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Notas Explicativas

18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	-	176.444
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(1.154)	10.826
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(1.546)	(2.555)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	2.701	-
Passivo atuarial líquido em 30/09/2021	-	184.716
Outras contribuições	-	1.427
Total passivo	-	186.144
Circulante	-	1.463
Não circulante	-	184.681

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses de 2021		9 meses de 2020	
	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>	<i>Plano 1</i>	<i>Plano 2</i>
Custo do serviço	(875)	857	(42)	1.436
Juros sobre obrigações atuariais	25.310	37.564	25.645	37.522
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.235)	(27.594)	(25.889)	(27.775)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	647	-	38	-
Total da despesa (receita)	(1.154)	10.826	(248)	11.183

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	30/09/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a. (*)	5,48% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,96%.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(19) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.114	791
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	75
Bandeiras tarifárias e outros	93.334	22.792
Total	<u>102.385</u>	<u>23.658</u>

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo em 30 de setembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2 - escassez hídrica) faturada em setembro de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). E o saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.683	90
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.670	2.955
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>7.353</u>	<u>3.045</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	87.474	93.360
Programa de integração social - PIS	6.875	11.001
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	31.961	50.889
Outros	12.327	12.736
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>138.637</u>	<u>167.986</u>
Total	<u>145.990</u>	<u>171.031</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.153	3.148
Total Não circulante	<u>3.153</u>	<u>3.148</u>

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

Notas Explicativas**(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	72.898	43.460	81.489	48.885
Cíveis	103.121	27.694	113.576	36.408
Fiscais	18.756	39.235	18.390	38.516
Regulatórios	15.628	-	17.994	-
Outros	369	-	369	-
Total	210.772	110.389	231.817	123.808

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2021
Trabalhistas	81.489	18.182	(10.310)	(21.934)	5.471	72.898
Cíveis	113.576	36.686	(10.588)	(65.378)	28.826	103.121
Fiscais	18.390	40	-	-	326	18.756
Regulatórios	17.994	-	(1.465)	(1.303)	402	15.628
Outros	369	-	-	-	-	369
Total	231.817	54.908	(22.363)	(88.615)	35.025	210.772

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estavam assim representadas:

Notas Explicativas

	30/09/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	360.402	288.351	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.028.177	877.181	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	1.056.204	1.044.011	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	526.434	526.200	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	65.822	63.764	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	3.037.040	2.799.507	

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	80.058	70.947	74.274	63.209
Programa de eficiência energética - PEE	136.378	127.833	615	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	59.718	68.029	18.756	2.548
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	18.881	11.115	-	-
Adiantamentos	2.445	9.072	3.343	4.118
Descontos tarifários - CDE	17.073	26.063	-	-
Folha de pagamento	2.208	2.860	-	-
Participação nos lucros	11.415	18.186	963	1.735
Convênios de arrecadação	34.118	31.776	-	-
Garantias	-	-	993	993
Outros	7.665	6.675	33.995	34.194
Total	369.960	372.556	132.938	106.797

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Programas de eficiência energética - PEE e pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da

Notas Explicativas

modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020 sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 163.307, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 145,107075377.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 163.307 referente a dividendos.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	278.030	698.296	223.668	534.154
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$	247,04	620,47	198,74	474,62

Para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.556.995	4.297.412	1.242.636	3.725.773
Industrial	311.378	837.860	264.958	759.450
Comercial	491.113	1.389.832	375.066	1.252.158
Rural	200.006	708.512	156.080	603.083
Poderes públicos	85.798	224.099	59.019	195.821
Iluminação pública	85.881	216.312	61.785	180.147
Serviço público	71.650	205.071	77.052	245.771
Fornecimento faturado	2.802.820	7.879.098	2.236.595	6.962.202
Fornecimento não faturado (líquido)	(109.727)	(166.399)	25.654	(10.299)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.332.663)	(3.876.982)	(1.167.781)	(3.546.187)
Fornecimento de energia elétrica	1.360.430	3.835.717	1.094.468	3.405.716
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	88.639	310.023	113.368	375.786
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(24.333)	(72.413)	(19.090)	(60.962)
Energia elétrica de curto prazo	192.362	247.373	26.288	52.643
Suprimento de energia elétrica	256.668	484.983	120.566	367.467
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.356.996	3.949.395	1.186.871	3.607.149
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	356.480	1.009.237	290.241	787.017
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(7.283)	(33.513)	(5.853)	(38.819)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	320.768	866.603	236.930	699.565
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	578.211	803.579	22.522	(216.337)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	118.871	328.101	34.557	68.256
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	165.133	522.639	144.578	515.566
Outras receitas e rendas	29.438	84.691	26.900	80.467
Outras receitas operacionais	2.918.614	7.530.732	1.936.746	5.502.865
Total da receita operacional bruta	4.535.711	11.851.432	3.151.780	9.276.047
Deduções da receita operacional				
ICMS	(825.319)	(2.301.702)	(661.769)	(2.017.750)
PIS	(53.955)	(158.175)	(47.236)	(140.094)
COFINS	(248.521)	(728.564)	(217.570)	(645.281)
ISS	(35)	(114)	(83)	(245)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(235.822)	(748.023)	(231.266)	(722.543)
Programa de P & D e eficiência energética	(26.419)	(65.731)	(16.998)	(49.935)
PROINFA	(12.666)	(33.416)	(8.713)	(28.185)
Bandeiras tarifárias e outros	(55.042)	(72.088)	13	58.224
Outros	(3.644)	(9.319)	(2.676)	(7.785)
	(1.461.425)	(4.117.131)	(1.186.297)	(3.553.593)
Receita operacional líquida	3.074.286	7.734.300	1.965.483	5.722.454

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	1.398	4.347	1.409	4.356
Industrial	351	1.047	372	1.068
Comercial	435	1.384	416	1.435
Rural	256	1.213	282	1.259
Poderes públicos	81	233	67	233
Iluminação pública	138	414	143	427
Serviço público	73	239	104	349
Fornecimento faturado	2.732	8.877	2.792	9.127
Consumo próprio	1	5	2	5
Fornecimento de energia elétrica	2.734	8.882	2.794	9.132
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	350	1.208	409	1.375
Energia elétrica de curto prazo	333	637	321	704
Suprimento de energia elétrica	683	1.845	730	2.080

Notas Explicativas

Nº de Consumidores	30/09/2021	30/09/2020
Classe de consumidores		
Residencial	2.549.601	2.482.984
Industrial	17.959	19.732
Comercial	176.989	175.454
Rural	246.961	249.699
Poderes públicos	22.067	21.880
Iluminação pública	533	485
Serviço público	3.741	3.579
Consumo próprio	226	226
Total	3.018.077	2.954.039

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 15 de junho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) N° 2.880, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 15,23%, sendo 16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,45% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,95%.

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a percebido pelos consumidores foi de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH n° 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2021, foi registrada receita de R\$ 522.639 (R\$ 515.566 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), sendo (i) R\$ 44.384 (R\$ 55.893 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 443.121 (R\$ 428.470 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) referentes descontos tarifários, (iii) R\$ 35.127 (R\$ 30.972 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 7 (R\$ 231 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) de desconto tarifário – liminares.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) n° 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Notas Explicativas

A REH n° 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH n° 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

Criada por meio da REN n° 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho n° 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho n° 939 de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequentes ao processo tarifário da distribuidora.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	304.852	871.858	319.986	931.203
PROINFA	24.876	79.680	22.881	66.388
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.384.301	2.968.772	590.407	1.960.615
Crédito de PIS e COFINS	(151.839)	(349.476)	(83.971)	(261.636)
Subtotal	1.562.191	3.570.833	849.303	2.696.570
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	195.321	622.350	204.494	506.903
Encargos de transporte de itaipu	17.101	70.811	28.839	74.205
Encargos de conexão	48.081	109.708	29.579	76.242
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.141	6.098	458	1.384
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	86.711	255.874	5.079	(58.088)
Encargos de energia de reserva - EER	2.207	42.161	26.547	65.314
Crédito de PIS e COFINS	(32.426)	(102.396)	(27.287)	(61.599)
Subtotal	318.136	1.004.607	267.709	604.360
Total	1.880.327	4.575.439	1.117.012	3.300.930

	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	838	2.479	876	2.599
PROINFA	83	229	91	255
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.889	9.376	3.134	10.161
Total	3.810	12.084	4.102	13.016

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo do serviço prestado a				Despesas operacionais							
	Custo de operação		terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	46.581	44.916	-	-	20.606	19.999	17.139	15.090	-	-	84.326	80.005
Entidade de previdência privada	3.224	3.648	-	-	-	-	-	-	-	-	3.224	3.648
Material	19.309	10.264	70	62	2.352	5.293	808	816	-	-	22.539	16.435
Serviços de terceiros	33.231	33.356	104	99	9.971	10.060	25.384	19.300	-	-	68.690	62.815
Custos com construção da infraestrutura	-	-	320.768	236.930	-	-	-	-	-	-	320.768	236.930
Outros	5.919	5.702	(1)	-	6.946	7.287	19.542	25.192	21.999	16.333	54.405	54.512
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.022	7.139	-	-	-	-	7.022	7.139
Arrendamentos e aluguéis	5.230	5.376	-	-	-	-	1.985	2.380	-	-	7.214	7.756
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	971	738	-	-	971	738
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	17.293	20.426	-	-	17.293	20.426
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	223	155	-	-	223	155
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	21.536	15.916	21.536	15.916
Outros	690	326	(1)	-	(76)	148	(929)	1.493	463	417	147	2.382
Total	108.265	97.886	320.941	237.091	39.874	42.638	62.872	60.398	21.999	16.333	553.951	454.346

	9 meses											
	Custo do serviço prestado a				Despesas operacionais							
	Custo de operação		terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	138.755	132.609	-	-	60.448	59.507	48.679	46.459	-	-	247.882	238.575
Entidade de previdência privada	9.672	10.935	-	-	-	-	-	-	-	-	9.672	10.935
Material	51.858	35.227	223	194	6.547	12.567	2.569	2.299	-	-	61.197	50.287
Serviços de terceiros	93.985	98.421	323	328	29.243	28.445	71.857	63.756	-	-	195.409	190.950
Custos com construção da infraestrutura	-	-	866.603	699.565	-	-	-	-	-	-	866.603	699.565
Outros	18.226	16.893	(2)	-	21.371	22.278	57.492	57.672	76.978	56.967	174.065	153.808
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	21.496	21.810	-	-	-	-	21.496	21.810
Arrendamentos e aluguéis	16.629	15.925	-	-	-	-	8.237	7.574	-	-	24.865	23.499
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	3.014	3.582	-	-	3.014	3.582
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	48.305	41.230	-	-	48.305	41.230
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	674	1.860	-	-	674	1.860
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	75.553	55.606	75.553	55.606
Outros	1.597	968	(2)	-	(125)	468	(2.738)	3.426	1.426	1.361	158	6.221
Total	312.497	294.085	867.146	700.086	117.610	122.797	180.598	170.186	76.978	56.966	1.554.827	1.344.120

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	5.088	14.304	9.458	24.478
Acréscimos e multas moratórias	23.670	72.548	22.015	69.779
Atualização de créditos fiscais	19.216	30.500	505	1.107
Atualização de depósitos judiciais	770	1.685	438	1.930
Atualizações monetárias e cambiais	(21.732)	46.308	(7.281)	84.082
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.135	3.393	908	2.662
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	9.661	12.455	529	1.539
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.676)	(9.910)	(2.314)	(6.877)
Outros	6.552	18.950	3.379	8.545
Total	40.684	190.233	27.639	187.246
Despesas				
Encargos de dívidas	(54.013)	(146.970)	(50.567)	(143.229)
Atualizações monetárias e cambiais	(46.212)	(139.664)	(17.034)	(34.415)
(-) Juros capitalizados	3.510	9.448	3.364	9.521
Outros	(30.691)	(60.107)	(13.181)	(22.959)
Total	(127.404)	(337.295)	(77.418)	(191.083)
Resultado financeiro	(86.720)	(147.061)	(49.779)	(3.837)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos dos ganhos líquidos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 25.377 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (ganhos líquidos de R\$ 990.184 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) (nota 31).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 3.101 (R\$ 3.849 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020). Este valor é composto por R\$ 3.028 (R\$ 3.697 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 73 (R\$ 152 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2021	31/12/2020	9 meses 2021	9 meses 2020
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	240	91.778	58.049
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	4.664	-	13.128	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	9 meses 2021	9 meses 2020	9 meses 2021	9 meses 2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	3	-	19	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	242	345	2.508	1.868	-	-	17.541	15.973
Companhia Piratininga de Força e Luz.	96	107	1.650	1.540	-	-	13.661	12.292
Companhia Jaguari de Energia	77	55	97	128	-	-	328	383
CPFL Energia S.A.	15	33	-	-	-	-	(198)	(111)
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	7	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	61	-	-	-	15	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	-	-	-	-	108	89
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (**)	-	-	306.348	300.019	-	-	8.035	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	145.361	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	17.946	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	-	212	-	-	-	2
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	261	273	4.620	2.758	-	-	997	1.775
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.558	1.482	-	-	15.371	14.508
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	600	492	-	-	5.070	4.739
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	273	-	-	4.948	3.997
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	575	495	-	-	4.846	7.373
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	430	346	-	-	3.749	3.208
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	701	500	-	-	6.182	4.412
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	221
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	9	-	-	70	68
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.402	769	-	-	8.940	1.926
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	102	90	-	-	763	735
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas.	-	-	274	302	-	-	1.953	1.881
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	4.186	2.922	-	-	29.661	28.569
CPFL Renováveis - Consolidado	10	9	364	228	87	82	3.460	3.040
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	46	42
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	48	49
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	674	1.860

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 61.862 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 (R\$ 50.793 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 306.348, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

Notas Explicativas

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	694.154	694.154
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	3.753	3.753
Derivativos	31	(a)	Nível 2	394.684	394.684
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	5.428.510	5.428.510
Total				6.521.101	6.521.101
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.851.416	1.851.416
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.822.970	1.822.970
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.015.266	1.643.158
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	896.125	896.125
Derivativos	31	(a)	Nível 2	25.303	25.303
Total				5.611.080	6.238.972

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 75.973 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2021 (um ganho de R\$ 57.003 no 9 meses findos em 30 de setembro de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	294.073	-	294.073	283.672	10.401	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,84% a 3,47%)	106,95% do CDI ou CDI + 0,8% a 1,26%	jul/21 a jun/26	1.427.369
Empréstimos bancários - Lei 4.131	53.789	-	53.789	52.541	1.248	Euro + 0,79%	103,5% do CDI	jun/21 a fev/22	133.000
	<u>347.862</u>	<u>-</u>	<u>347.862</u>	<u>336.213</u>	<u>11.649</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	46.822	(25.303)	21.519	61.662	(40.143)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	899.600
Total	394.684	(25.303)	369.381	397.875	(28.494)				
Circulante	106.761	-	-	-	-				
Não circulante	287.923	(25.303)	-	-	-				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2021
Para dívidas designadas a valor justo	825.962	115.097	(543.184)	397.875
Marcação a mercado (*)	59.159	(87.653)	-	(28.494)
Total	885.121	27.443	(543.184)	369.381
Ativo circulante	486.476			106.761
Ativo não circulante	398.645			287.923
Passivo não circulante	-			(25.303)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2021		2020		2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	25.002	46.446	4.544	8.349	-	-	-	-
Marcação a mercado	(49.540)	(76.881)	(3.941)	(1.339)	776	(1.921)	(1.488)	2.332
Varição cambial	136.365	68.651	163.627	963.825	-	-	-	-
Marcação a mercado	(22.129)	(12.838)	(23.046)	19.348	241	3.987	-	(2)
Total	89.699	25.377	141.185	990.184	1.017	2.066	(1.488)	2.330

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de R\$ 336.271 (ganho de R\$ 72.246 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

Notas Explicativas

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.635.713)		(67.752)	358.115	783.981
Derivativos - swap plain vanilla	1.684.339		69.765	(368.761)	(807.287)
	48.626	baixa dolar	2.013	(10.646)	(23.306)
Instrumentos financeiros passivos	(187.257)		(17.015)	34.053	85.121
Derivativos - swap plain vanilla	187.775		17.062	(34.147)	(85.356)
	518	baixa euro	47	(94)	(235)
Total	49.144		2.060	(10.740)	(23.541)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			90	(261)	(612)
Efeitos no resultado do período			1.970	(10.479)	(22.929)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2021 foi de R\$ 5,44 para o dólar e R\$ 6,30 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,66 e R\$ 6,87 e a depreciação cambial de 4,14% e 9,09%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	645.966				60.204	75.255	90.306
Instrumentos financeiros passivos	(878.144)				(81.843)	(102.304)	(122.765)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.486.154)				(231.710)	(289.637)	(347.564)
	(2.718.332)	alta CDI	2,99%	9,32%	(253.349)	(316.686)	(380.023)
Instrumentos financeiros passivos	(683)				(36)	(45)	(54)
	(683)	alta TJLP	4,61%	5,32%	(36)	(45)	(54)
Instrumentos financeiros passivos	(2.925.875)				(193.986)	(145.489)	(96.993)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	983.421				65.201	48.901	32.600
Ativo financeiro da concessão	5.428.510				359.910	269.933	179.955
	3.486.056	baixa IPCA	10,25%	6,63%	231.125	173.345	115.562
Ativos e passivos financeiros setoriais	766.910				71.476	53.607	35.738
Instrumentos financeiros ativos	3.753				350	262	175
	770.664	baixa SELIC	2,99%	9,32%	71.826	53.869	35.913
Total	1.537.705				49.566	(89.517)	(228.602)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					491	247	2
Efeitos no resultado do período					49.075	(89.764)	(228.604)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 299.054.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Notas Explicativas

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31 b). A Administração não identificou para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 9.448 (R\$ 9.521 período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 no primeiro semestre de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

(33) EVENTO SUBSEQUENTE

33.1 Distribuição de Dividendo

Na AGE de 07 de outubro de 2021 foi aprovada: (i) declaração de dividendos no montante de R\$ 489.922 utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro, com base na última Demonstração financeira aprovada e (ii) a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$ 200.000, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021. Os pagamentos dos dividendos serão efetuados em datas a serem definidas pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, até 31 de dezembro de 2021.

33.2 Emissão de debêntures

Em 08 outubro de 2021, foram subscritas e integralizadas 603.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 603.000 (R\$ 598.995 líquida dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais e remuneração de CDI+1,40% a.a.. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

MARIO ANTONIO COSTA CALDAS
Conselheiro

DIRETORIA

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial e Diretor interino de
Assuntos Regulatórios

OSVANIL OLIVERIA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí
13024-001 - Campinas/SP – Brasil
Edifício Dahruj Tower
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Conselheiros e Acionistas da
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.
Campinas, 10 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2021;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2021.

São Leopoldo, 8 de novembro de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2021;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2021.

São Leopoldo, 8 de novembro de 2021

Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras